

AL MANAK_Março, 30 -2016

Registro de leituras : Democracia – Economia – Cultura



GRATO PELA LEITURA E COLABORAÇÕES – **P.Timm - Editor**

Postado diariamente em www.paulotimm.com.br



Índice

Vida que segue no Dia-a-dia. Ouvindo e contando histórias

Aos berros: Benedito Tadeu – B.Schmidt – Cesar Benjamin –

pg.02-05

Meu Brasil: Quase metade dos brasileiros sobrevive com até um
salário mínimo – pg. 05 -13

Intérpretes do Brasil : pg. 13

Máximas e Mínimas: – Voltaire – pg. 14

Imagens Revolucionárias: pg. 14

Navegar é preciso: Por que temos desemprego?

por Prabhat Patnaik pg. 15-20

Livre Pensar: [Para entender: impeachment, recall e outros bichos - rogeriodultra](#) e C. Buarque pg.21-26

ervo Exposto: Representação política revisitada: autoridade, legitimidade e democracia - Debora Rezende de Almeida 27-29

ARS GRATIA ARS

Video: [A Long and Difficult Journey, or The...](#)pg. 30

Cinema – [Esfera Filmes - O ABRAÇO DA SERPENTE](#) – pg.30

Livros: Livros de C.Licia Pallazzo – pg. 31

Limpendo a Língua com Machado: pg.32

<u>Adão e Eva</u>	Machado de Assis	[ua] Universidade da Amazônia - UNAMA
-----------------------------------	------------------	---------------------------------------

Televisão: pg. 32

Variedades: Os 12 países mais prontos para o futuro (e o Brasil em 84º) pg. 33

Entrevistas : J.Carlos Brum Torres fala sobre a Crise -34-39

Boletins e Blogs Recomendados

Uma publicação Confraria COCQUETIM-Torres – DOA – S.Maria

Notícias: EL PAÍS Brasil <http://brasil.elpais.com/>

Artigos diversos - <http://indicedeartigosetc.blogspot.com.br/>
<http://www1.folha.uol.com.br/colunistas/>

<http://www.afolhatorres.com.br/upload/jornal.pdf>

GATOS PINGADOS AOS BERROS



Cesar Benjamin - - Rio de Janeiro, RJ, Brasil -

Na última reforma ministerial, a presidente Dilma entregou o Ministério da Saúde e outros ministérios ao PMDB. Na época, escrevi o post abaixo:

"Quando Hitler invadiu a Tchecoslováquia, Arthur Neville Chamberlain, então primeiro-ministro inglês, foi ao seu encontro e aceitou a invasão a pretexto de evitar a guerra. Winston Churchill, então na oposição, disse uma de suas grandes frases: "Cedeu a honra para evitar a guerra. Terá guerra com desonra." E assim foi.

Atualmente, no Brasil, podemos dizer que Dilma Rousseff cedeu a honra para ter maioria no Congresso. Terá minoria com desonra.

Paulo Timm

TEMER, Traidor? Traidor é o que parece leal mas urde planos secretos na madrugada contra os que aparenta lealdade. Temer nunca foi nem pareceu leal a nada. Sempre esteve na dele. Como , aliás, toda a tal BASE ALIADA do Governo. Venderam o corpo, jamais a alma. E o Governo sempre soube disso, mas ia tocando o barco em nome da Governabilidade. Dá ter perdido grande parte de sua credibilidade junto a vários setores da esquerda, tanto nova, como PSOL, como velha, briizolistas, comunistas, socialistas, anarquistas, nacionalistas etc. Deu no que deu. Todos abandonando o barco...Dilma, o PT , isolados no Congresso tentando evitar um ESPURIO IMPEACHMENT .

Benicio Schmidt compartilhou um link.

“Ponte para o futuro”: uma análise das consequências das 30 propostas do documento do PMDB

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU - um órgão transdisciplinar da Unisinos, que visa apontar...

IHU.UNISINOS.BR|POR FERNANDA LUSA FORNER

Paulo Timm

Mas há que considerar que ninguém chega ao Rubicão para beber água. É claro que uma nova coligação política vai MUDAR a POLIITICA ECONÔMICA. Não acredito em fantasmas. de armário. Mas coisas reais. Um PLANO DE CONTINGÊNCIA FISCAL, será inevitável. Uma REFORMA DO ESTADO virá a seguir. Uma desindexação geral, quase certa. O resto não será necessário mexer muito. Os salários já caíram 30% - dado do Min.Fazenda. O câmbio já acerto e a B.Pagtos está equilibrada. Os INVESTIMENTOS PRIVADOS estão contidos por falta de CONFIANÇA , uma coisa meio “mágica “, mas que operou, , desde 2014, Voltarão rapidamente e terão um impacto positivo na economia. Enfim,,, haverá, sim, uma MUDANÇA. Ou pelo menos, o desejo dela, embora contra ela muitos céus venham a se mover. Temer terá que fazer como PINHEIRO MACHADO, Sen. gaúcho, manda-chuva da Republica Velha. Dizia ele: "EU POSSO. EU MANDO. EU CHOVO!" . inovou no português, mas tombou por uma dama

MEU BRASIL BRASILEIRO: GRANDEZAS E MISÉRIAS

Da Casa Grande à Senzala



MAPA É TUDO - 19 de julho de 2014

Estados brasileiros nomeados como países de área similar

Quase metade dos brasileiros sobrevive com até um salário mínimo

http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/09/19/internas_economia,570586/quase-metade-dos-brasileiros-sobrevive-com-ate-um-salario-minimo.shtml

Indicador do governo mostra que renda dos mais ricos subiu mais que a dos mais pobres. Rendimento das duas classe subiu, mas taxa de desemprego cresce

postado em 19/09/2014 06:00 / atualizado em 19/09/2014 08:38

[Paulo Henrique Lobato /](#)



Aposentado com um salário mínimo, José Francisco está na base da pirâmide e espera melhorar de vida

“Vim para BH em busca de emprego e uma vida melhor”, disse José Francisco Pereira dos Santos, um valadarense de 54 anos que perdeu as contas de quantas paredes e lajes levantou em mais de três décadas como pedreiro. Na quarta-feira, ele se aposentou. Sua renda mensal será de um salário mínimo (R\$ 724). Seu maior patrimônio é um barracão na Vila Acaba Mundo, na Região Centro-Sul. Do portão de sua moradia, ele avista tanto o poluído córrego a céu aberto que corre no aglomerado quanto as mansões do vizinho Bairro Mangabeiras. É o retrato da distribuição de renda no país, que aumentou pela primeira vez desde 2001.



População idosa e solteira cresce no país

- [Governo vai mudar regra para reajuste do salário mínimo, diz novo ministro](#)
- [Salário mínimo será arredondado para R\\$ 790, diz relator do Orçamento](#)

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que o indicador que mede esse cenário teve uma sensível piora de 2012 para 2013. Trata-se do índice de Gini, que oscila de zero a um e quanto mais baixo significa que melhor é a distribuição de renda em um país. No caso da distribuição dos

rendimentos do trabalho, o índice de Gini mudou de 0,496 para 0,498. Na mesma toada, o índice de Gini que mede as fontes de rendimento, como aposentadorias e transferências do governo, foi de 0,504 para 0,505.

A renda média do brasileiro até que melhorou de um ano para o outro, contudo, o crescimento maior ocorreu na parte de cima da pirâmide, o que ajuda a entender o aumento da desigualdade. Para se ter ideia, a renda dos 10% mais ricos subiu 5,7%, enquanto a dos 10% mais pobres avançou 3,5%. Na média geral, em números absolutos, a renda também aumentou 5,7%, de R\$ 1.590 para R\$ 1.681. **Mas o total de lares que sobrevivem com até um salário mínimo por morador é grande: 44,8% dos 60,8 milhões de domicílios com algum tipo de rendimento. Portanto, isso ocorre em mais de 27,2 milhões de residências,** como na do valadarense José Francisco.

Ele mora sozinho no mesmo aglomerado em que também reside seu xará José Augusto Gomes, de 73 e que também recebe o piso nacional. “Sou aposentado. O dinheiro dá para sobreviver, mas é uma sobrevivência de classe baixa. As coisas estão ficando mais difíceis no Brasil”, avalia José Augusto. A constatação dele não é a mesma da presidente do IBGE, Wasmália Bivar. Para ela, o sensível aumento nos indicadores do Gini não representa uma interrupção na melhora da distribuição de renda, mas sim uma estabilidade.

“Não há uma melhora porque o índice subiu. O que podemos dizer é que há uma estabilidade. Precisamos pensar agora em outras políticas para o país voltar a avançar em termos de igualdade. O Brasil, apesar da grande melhora que ocorreu nos últimos anos, ainda é um país bastante desigual”, disse a presidente do instituto. O país também precisa avançar na geração de empregos, pois, de 2012 para 2013, a taxa de desocupação subiu de 6,1% para 6,5%.



Fernanda Silva faz parte da população com acesso à internet, como mais de 50% dos brasileiros hoje

Foi a primeira alta desde 2009, no auge da crise internacional. A crise prejudicou Fernanda Silva, de 24. Ela perdeu o emprego numa mineradora, um dos setores que mais sentiu os reflexos da recessão econômica mundial. “Ainda estou em busca de uma vaga no mercado de trabalho. Quero conseguir me encaixar para poder fazer um curso superior”, planeja. O sonho dela é cursar arquitetura.

A Pnad, aliás, constatou que a escolaridade dos trabalhadores aumentou nos dois últimos anos. Nesse sentido, o relatório do IBGE concluiu que “reduziram-se de 2012 para 2013 as proporções de trabalhadores com fundamental incompleto (de 27,9% para 25,7%) e médio incompleto (6,7% para 6,5%) e aumentaram as dos sem instrução (6,6% para 7%), com fundamental completo (10,3 para 10,5%), com ensino médio completo (30% para 30,4%), com superior incompleto (5,2% para 5,4%) e com superior completo (13,1% para

14,2%)”.

Emprego doméstico Essa é a primeira Pnad depois da nova lei trabalhista dos empregados domésticos. O estudo concluiu que o rendimento médio dos homens e mulheres que exercem algum trabalho desse grupo (empregada no lar, motorista particular, cuidadora de idosos etc) subiu mais entre aqueles que não têm carteira de trabalho assinada (5%). Já o percentual daqueles que trabalham com registro foi de 2,3%. Por outro lado, levando-se em conta o valor dos salários, a média dos que trabalham com carteira assinada (R\$ 877) é superior ao do outro grupo (R\$ 545).

O IBGE concluiu que todas as categorias tiveram acréscimo no rendimento médio mensal real do trabalho principal de 2012 para 2013, de R\$ 1.423,00 para R\$ 1.511,00 – alta de 6,2%. “Os outros empregados sem carteira assinada tiveram o maior aumento, 10,2% (de R\$ 869 para R\$ 958), seguidos por militares e estatutários, com 5,9% (de R\$ 2.576 para 2.728) e trabalhadores com carteira de trabalho assinada, com 4,4% (de R\$ 1.483 para 1.548)”, informou o relatório do instituto.

Apesar do aumento do desemprego, houve uma boa notícia: a proporção do rendimento de trabalho das mulheres em relação ao dos homens aumentou de 72,8% para 73,7%. Em média, o sexo masculino recebeu, em 2013, R\$ 1.890,00. O sexo feminino, por sua vez, R\$ 1.392,00. “Houve algumas melhoras no Brasil no último ano, mas muita coisa pode melhorar”, concluiu José Francisco, o valadarense que se mudou para BH em busca de uma vida melhor.

Ainda mais conectados

Uma das diversões de Fernanda Silva, a jovem de 24 anos que deseja estudar arquitetura, é navegar na internet. Há alguns meses, ela comprou um computador e um notebook. Seu celular, claro, tem acesso à rede virtual. A proporção de percentual de internautas, de 2012 para 2013, foi de 49,2% para 50,1% em todo o país, o que mostra que o brasileiro está mais conectado à internet.

O estudo ainda apurou que 130,8 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de

idade tinham telefone móvel, o que representou um crescimento de 6,3 milhões de homens e mulheres no confronto com 2012. Portanto, em termos percentuais, o total de aparelhos em relação à população brasileira passou de 72,8% para 75,5%.

José Augusto Gomes, o morador da Vila Acaba Mundo, tem um celular. Ele não vê vantagem em ter um telefone fixo. E se recorda da época em que o aparelho ligado na tomada era um dos melhores investimentos dos brasileiros. “Telefone fixo era mais caro que imóvel. Valia uma fortuna”. A desestatização do sistema telebrás, em 1998, barateou o custo da telefonia no país.

Os eletrodomésticos também têm um capítulo especial na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad). A maioria dos lares brasileiros tem fogão (64.304 dos 65.346 domicílios), rádio (49.329 endereços), televisão (63.297), geladeira (63.322) e máquina de lavar roupas (37.927). Esse último equipamento era um sonho antigo de dona Maria Nilza Oliveira Silva, de 53. “Eu lavava as roupas com as mãos. Machucava. Agora é diferente. Eu coloco na máquina e ela lava e enxagua”, conta a mulher, que ganha em torno de R\$ 500 como faxineira. Em todo o país, o total de lares com o aparelho aumentou 7,8%.

**

Censo 2010

IBGE: 72% dos brasileiros ganhavam até 2 salários mínimos em 2010

Do UOL, em São Paulo

19/12/2012 - <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/12/19/ibge-72-dos-brasileiros-ganhavam-ate-2-salarios-minimos-em-2010.htm>

Em 2010, sete em cada dez brasileiros ganhavam até dois salários mínimos por mês.

Cerca de 1% dos trabalhadores ganhavam mais de 20 salários mínimos.

RENDIMENTO MENSAL (EM SALÁRIO MÍNIMO*)

RENDIMENTO	POPULAÇÃO
-------------------	------------------

Sem rendimento**	6,6%
Até meio salário mínimo	8,1%
Entre meio e 1 salário mínimo	24,5%
De 1 a 2 salários mínimos	32,7%
De 2 a 3 salários mínimos	10,6%
De 3 a 5 salários mínimos	8,3%
De 5 a 10 salários mínimos	6,1%
De 10 a 20 salários mínimos	2,2%
Mais de 20 salários mínimos	0,9%

- Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010
- * Salário mínimo utilizado: R\$ 510
- ** Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios

Os dados fazem parte do "Censo 2010: educação, deslocamento, trabalho, rendimento", divulgado nesta quarta-feira (19) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Ainda segundo o estudo, de 2000 para 2010 o rendimento real médio mensal de todos os trabalhos teve aumento de 5,5%.

O aumento foi significativamente maior para as pessoas de mais baixa renda. Já aquelas que ganham grandes salários tiveram perda nesses dez anos.

No segmento dos 10% de pessoas com os maiores salários, houve perda real de 5,3% de 2000 a 2010.

Já entre os 10% que ganhavam os salários mais baixos, o crescimento real foi de 35,9% de 2000 a 2010.

Nível de ocupação feminina aumenta

Entre 2000 e 2010, o nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade subiu de 47,9% para 53,3%, revela o estudo.

O crescente impulso de ingresso feminino no mercado de trabalho se refletiu na elevação do nível da ocupação das mulheres, de 35,4%, em 2000, para 43,9%, em 2010.

Já o dos homens passou de 61,1%, em 2000, para 63,3%, em 2010.

Isso significou incremento de 24%, no nível da ocupação feminina, e 3,5%, no da masculina, de 2000 para 2010.

:

INTÉRPRETES DO BRASIL



WWW.INTERPRETESDOBRASIL.ORG

"Enciclopédia de brasilidade - Cesar Benjamin

<http://www.contrapontoeditora.com.br/.../200711011651590.Cert...>

...

Nós, os brasileiros – Paulo Timm – Coletânea

[http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/150627061554NOS__OS_BRASILEIROS_\(2\).pdf](http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/150627061554NOS__OS_BRASILEIROS_(2).pdf)

Sociologia brasileira: 11 seminários, entrevistas e documentários pra você entender os maiores...

De que é feita a sociologia brasileira? Qual seu tutano? Clique aqui e veja entrevistas, documentários e seminários sobre a sociologia do nosso país.

O pensamento estratégico de Francisco Adolfo de Varnhagen, por Paulo Roberto de Almeida

A data de 17 de fevereiro de 2016 marca o ducentésimo aniversário do nascimento do...

MUNDORAMA.NET

Sobre José Bonifácio, os “Pais Fundadores” dos EUA, Joaquin Nabuco, Rui Barbosa e Adam Smith

<https://marcosfernandeseconomic sandpolitics.wordpress.com/2016/02/18/sobre-jose-bonifacio-os-pais-fundadores-dos-eua-joaquin-nabuco-rui-barbosa-e-adam-smith/>

José Bonifácio, Rui Barbosa, Nabuco e Adam Smith (Teoria dos sentimentos Morais) deveriam ser leituras obrigatórias nas escolas.

O Andrada é mais avançado que os pais fundadores dos EUA, incrível. Kenneth Maxwell republicou um [artigo](#) dele sobre o Brasil e sua peculiaridade onde isso fica claro, mas Jorge Caldeira em seu [livro sobre JB deixa isso bem claro](#).

TV CAMARA - Construtores do Brasil

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/programa/49-CONSTRUTORES-DO-BRASIL.html>

O programa mostra a biografia de 25 personalidades que tiveram papel predominante na formação política, histórica e geográfica do Brasil.

MÁXIMAS E MÍNIMAS

Um por todos , todos por um x Cada um por si, Deus por todos...

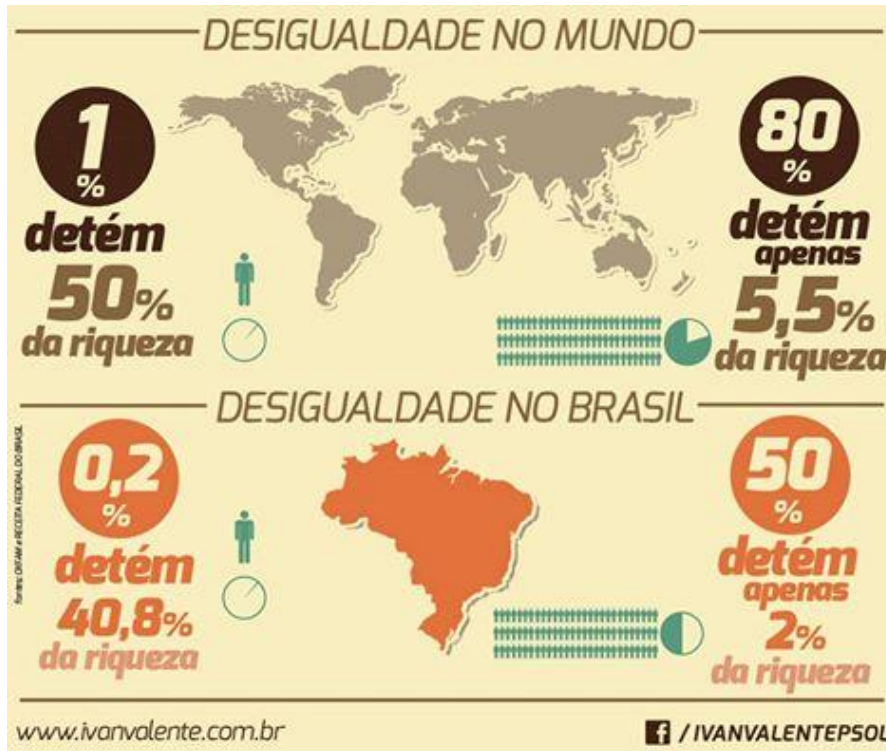
“Todo homem é uma criatura da época em que vive, e muito poucos são capazes de se colocar acima das ideias dos tempos.” – (Voltaire)

IMAGENS REVOLUCIONÁRIAS

Nada tenho a dizer, só a mostrar – W.Benjamin

http://www.facebook.com/ImagensRevolucionarias?directed_target_id=0 -

Adão Iturusgarai - Cartuns - <http://www.amazon.com/dp/B019BAYNGQ>



NAVEGAR É PRECISO: Pero cuide que no naufrague tu vivir...

MUNDO MUNDO, VASTO MUNDO...



Antigo mapa do mundo feito por Henricus Martellus, em 1491, que teria sido usado por Cristóvão Colombo

Por que temos desemprego?

http://resistir.info/patnaik/desemprego_13mar16.html

por Prabhat Patnaik [✉]



Desempregados na fila de uma cozinha popular aberta por Al Capone

O desemprego tornou-se um fenómeno tão persistente nos tempos actuais que há um sentimento comum de que se trata do estado "natural" das coisas, que nada pode ser feito quanto a isso e de que o único meio de ter maiores oportunidades de emprego no futuro é a oposição ao sistema de "reservações" de emprego para os segmentos necessitados da população ou pedir que a sua própria "casta" ou "comunidade" seja incluída na categoria do elegíveis para

tais

"reservações".

Mas esta visão de que o desemprego é um estado "natural" das coisas baseia-se ou na ignorância ou na perda de memória, pois há pouco mais de um par de décadas havia sociedades, um grande conjunto delas, encabeçadas pela União Soviética, que foram tão persistentemente caracterizadas por *escassez de trabalho* – o que é exactamente o oposto do desemprego – que muitos volumes foram escritos para analisar as características do seu único e notável *modus operandi*. O mais célebre economista-crítico do sistema socialista da Europa do Leste, Janos Kornai, ao analisar estas economias argumentou realmente que o pleno emprego, ou mesmo a escassez de trabalho, era uma *característica central* destas economias. Dizer simplesmente que isto se deve ao facto de termos uma economia capitalista não é suficiente; temos de examinar os nexos causais cuidadosamente.

NEXOS

CAUSAIS

Há duas possíveis razões *próximas* para que exista desemprego numa economia: ou há stock de capital inadequado para empregar toda a gente desejosa de trabalhar, ou há procura inadequada na economia para empregar toda a gente desejosa de trabalhar; neste último caso o desemprego deve coexistir com stock de capital não utilizado. Dentro da primeira razão temos de distinguir entre dois factores: pode haver inadequado capital *constante* (incluindo o fixo); ou pode haver inadequado capital *variável*, isto é, bens de consumo (*wage-goods*), para empregar toda a gente no nível "habitual" de subsistência.

A primeira razão, de escassez de capital, nunca foi decisiva. Mesmo que possa haver ocasiões em que tal escassez possa surgir, tal como por exemplo no topo de algum boom (embora mesmo isso seja duvidoso), elas certamente não explicam a existência perene de desemprego. De facto, como disse Michal Kalecki, o eminente economista marxista polaco, "a condição típica de uma economia capitalista desenvolvida" é que os "recursos da economia estão longe de serem plenamente utilizados". E esta é agora a situação mesmo de economias como a nossa onde, sob o regime neoliberal, o stock de capital não utilizado e o excesso de stocks de cereais (o principal bem de consumo) tornaram-se uma característica mais ou menos permanente.

A existência perene de desemprego em conjunto com stock de capital não utilizado e de cereais não vendidos na economia indiana, na sua configuração actual, deve portanto ser atribuída à inadequada procura agregada na economia. A procura agregada, por sua vez, é constituída por quatro diferentes componentes: consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas (isto é, o excesso de exportações sobre importações). Para uma dada distribuição do rendimento, isto é, a fatia do excedente económico que vai para as classes que se apropriam do produto total, a própria procura para consumo depende do nível de emprego e de produto, ou seja, do nível da procura agregada. Portanto se a procura para consumo deve ser aumentada, então (excluindo medidas transitórias como maior crédito para consumo) a distribuição do rendimento deve ser alterada de uma maneira igualitária, isto é,

através de um aumento da participação dos trabalhadores no produto total, ao que os capitalistas obviamente resistiriam.

Da mesma forma, o investimento geralmente depende do crescimento esperado do mercado. Naturalmente estas expectativas por vezes são eufóricas e por vezes nem tanto, mas elas dificilmente podem ser "por encomenda". **E a visão de que uma redução da taxa de juro provoca aumentos significativos no investimento não é confirmada pelos factos; o investimento é de facto bastante insensível à taxa de juro.** [\[NR\]](#)

A despesa governamental era considerada a principal ferramenta autónoma através da qual a procura agregada, e com ela o produto e o emprego, podia ser aumentada. John Maynard Keynes, o qual preocupava-se em que altos níveis de desemprego empurrariam o capitalismo à sua ruína, e portanto advogava a "administração da procura" pelo Estado para manter as economias capitalistas próximas do pleno emprego *como um meio de salvar o sistema*, punha as suas esperanças nestes instrumento. Mas sob o neoliberalismo, quando se espera que governos mostrem "responsabilidade orçamental", isto é, adaptem sua despesa à sua receita e incidam apenas num pequeno défice orçamental que seja aceitável para a finança globalizada, este instrumento deixou de ser importante. Se o produto é baixo, então a receita do governo é baixa (e arrecadar maior receita através de impostos sobre os ricos é evitado sob o neoliberalismo) e portanto a despesa do governo também é baixa, o que significa que o produto não pode ser acrescido através deste instrumento. Ele já não é mais um instrumento *autónomo* através do qual o Estado possa intervir para elevar a procura agregada.

Finalmente, as exportações líquidas dependem do estado da economia mundial: quando a economia mundial está em expansão, economias individuais podem exportar mais e portanto haverá mais emprego e produção em cada uma delas. Mas uma vez que a própria economia mundial consiste apenas de economias individuais, ela só se pode expandir se algumas economias individuais, nomeadamente uma grande como a dos EUA, começarem a expandir-se. Segue-se portanto que numa configuração neoliberal o nível da procura agregada e portanto do emprego em cada economia depende de [saber] se expectativas eufóricas são geradas numa grande economia como os EUA, isto é, se os EUA têm uma "bolha" ou não. A "bolha dotcom" nos EUA nos anos noventa, assim como a "bolha habitacional" nos EUA nos primeiros anos do século actual, foram em grande medida responsáveis pelo crescimento da economia mundial ao longo daquele período e portanto em última análise estão subjacentes a qualquer geração de emprego verificada durante o regime neoliberal no nosso próprio país. Aquelas "bolhas" estão agora ultrapassadas e não há perspectivas de que surjam quaisquer outras "bolhas" no futuro imediato previsível. A economia mundial continuará portanto a estar atolada na crise e o desemprego na nossa própria economia – o qual estava a aumentar (embora não de uma forma aberta) mesmo durante os anos de alto crescimento – aumentará drasticamente nos próximos anos.

A conclusão que se seguiria da análise a este nível é sem dúvida esclarecedora, mas ainda é insuficiente. Esta conclusão pode ser declarada

como se segue: se pudéssemos destacar a nossa economia da economia global, através da imposição de controles sobre fluxos de capital para dentro e para fora do país, como costumávamos ter nos tempos que antecederam o neoliberalismo, e com isso tornar a política orçamental do Estado independente das loucuras e caprichos do capital financeiro globalizado, então a "administração da procura" como nos velhos tempos poderia ser retomada; a procura agregada poderia ser promovida e, portanto, o emprego poderia aumentar.

SOLUÇÃO

DIRECTA

Isto certamente é verdadeiro e importante. Também constitui uma solução directa para a crise do desemprego. Mas mesmo que isto pudesse acontecer, o desemprego *ainda não seria eliminado*. Isto acontece porque uma redução no desemprego, ou mais precisamente na magnitude das reservas de trabalho (uma vez que o desemprego não existe apenas de uma forma aberta), fortaleceria a posição negocial dos trabalhadores, os quais exigiriam salários monetários mais altos. Se a exigências salariais fossem concedidas *mas os preços fossem ascendidos em consequência de tais aumentos do salário monetário*, então haveria uma espiral inflacionária pressionada pelos custos, com salários monetários e preços a perseguirem-se um ao outro. Isto desestabilizaria o valor da moeda sob o capitalismo. E se forem concedidas as exigências salariais e *os preços não ascendidos em consequência de tais aumentos salariais*, então a fatia dos lucros cairia, o que certamente não agradaria aos capitalistas. Portanto é importante para a estabilidade do sistema que a magnitude relativa das reservas de trabalho não deve cair abaixo de um certo nível. Isto equivale a dizer que a dimensão do "exército de trabalho de reserva" em relação ao exército activo (ou o total) tem um piso abaixo do qual não pode cair.

Se o desemprego tem de ser eliminado, isto é, se a dimensão do exército de reserva tiver de cair abaixo deste piso, então a fixação dos preços dos produtos não pode ser deixada às empresas capitalista (pois, como vimos, provocaria uma espiral salários-preços). Deve então haver intervenção do Estado na forma de uma "política de rendimentos e preços". Assim, numa tal economia, o Estado deverá não só executar a "administração da procura" como também empenhar-se na "administração da distribuição". Quando, após anos a perseguir políticas keynesianas de "administração da procura", economias capitalistas começaram a experimentar graves espirais custos-preços, muitos governos tentaram por algum tempo introduzir "políticas de rendimentos e preços", de modo a que os altos níveis de emprego pudessem ser mantidos enquanto [ao mesmo tempo] a inflação pudesse ser controlada. Mas estes esforços demonstraram-se fúteis.

A razão porque se demonstraram fúteis é que os capitalistas opuseram-se a qualquer intervenção extensiva do Estado na economia que não fosse intermediada por eles, isto é, uma intervenção que não lhes proporcionasse "incentivos" para melhorar o estado da economia e sim tentativas de fazê-lo directamente. Isto minava a legitimidade social do capitalismo: se o Estado é tão extremamente necessário para aumentar o emprego, o povo começava a

perguntar, então porque o Estado não toma o comando da própria economia retirando-o dos capitalistas? Para a legitimidade social do sistema é essencial que os capitalistas devam ser encarados como indispensáveis. E para preservar este mito a intervenção do Estado deve ser mediada através deles através da melhoria dos seus "incentivos", promovendo seus "espíritos animais" e a "euforia"; e assim por diante.

Voltando à questão do porque temos desemprego, segue-se portanto que sob o capitalismo neoliberal, onde o nível de actividade exige "bolhas" para se manter, a escassez da procura agregada como característica geral constitui a explicação óbvia. Mas mesmo numa economia onde o Estado recapture a sua capacidade para promover a procura agregada ao insistir na política orçamental que deseja, por meio da tributação e do défice orçamental, a manutenção de um alto nível de emprego exige aumento da intervenção por parte do Estado, desde a "administração da procura" a uma "política de rendimentos e preços", e assim por diante – o que mina a legitimidade social do sistema capitalista e que portanto é impossível de se manter dentro dos limites do sistema capitalista.

Dizer isto não significa que não deveríamos exigir emprego mais alto sob o sistema existente ou que não possamos mesmo alcançar através das nossas lutas emprego mais elevado sob o sistema existente. O que significa de facto é exactamente o oposto, nomeadamente que uma luta persistente pelo emprego dentro do sistema é um meio de transcender o próprio sistema. E isto constitui uma razão todo-poderosa para o nosso empenhamento nesta luta.

13/Março/2016

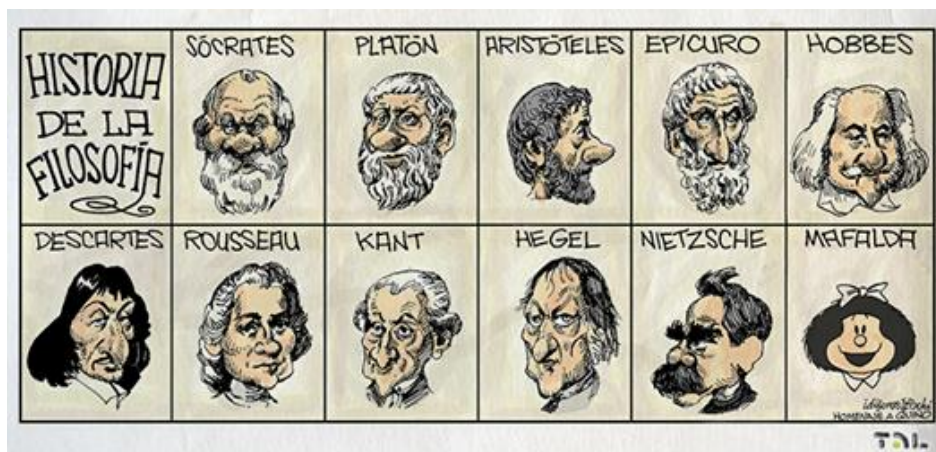
[NR] Sublinhado de resistir.info. Recordar as novas medidas anunciadas pelo BCE em 11/Março/2016 de QE e redução da taxa de juro.

[*] Economista, indiano, ver [Wikipedia](#)

O original encontra-se em peoplesdemocracy.in/2016/0313_pd/why-do-we-have-unemployment . Tradução de JF.

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/> .

LIVRE PENSAR: Só de pensar



Filosofia em vídeo: <http://filosofiaemvideo.com.br/>

Responda a este post respondendo acima desta linha

Novo post em <http://democraciaeconjuntura.com>

[Para entender: impeachment, recall e outros bichos](#)

by [rogeriodultra](#)

Por Daniel Cerqueira e Gustavo Pedrollo

Na tradição do Direito Constitucional e no Direito Político do Ocidente, temos, usualmente, dois institutos que podem ser usados para o afastamento dos chefes do executivo.

O primeiro, mais conhecido em terras brasileiras, é o impeachment. Instrumento comum nas democracias presidencialistas, o impeachment é o impedimento do chefe do executivo por parte do poder legislativo. No entanto, como estamos falando do afastamento de alguém eleito diretamente pela população, e que, como tal, goza de legitimidade política própria, esse afastamento não decorre de mera vontade do legislativo, mas de motivo específico e estabelecido, no caso do Brasil, na própria Constituição Federal.

Assim, a única forma de se afastar um presidente da república (ou, por analogia, de um governador de estado ou prefeito) é por crime de responsabilidade, conforme estabelecido no Artigo 85 da CF:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a segurança interna do País;
- V - a probidade na administração;
- VI - a lei orçamentária;
- VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que regulamenta o processo de impedimento (impeachment), especifica os crimes de responsabilidade listados pela Constituição e disciplina o rito de julgamento.

Em outras palavras, o impeachment somente pode ser aplicado se o Presidente da República tiver cometido um dos crimes listado na lei e, importante, no curso do mandato atual. A Constituição é expressa e muito clara ao estabelecer isso. O impeachment não é aplicável em outros casos, como impopularidade ou falta de base parlamentar.

O segundo instrumento de afastamento é o chamado Recall, ou voto de desconfiança, e é comum nas repúblicas parlamentaristas. Aqui, como é o Congresso quem elege o Primeiro Ministro, a ele compete derrubá-lo, bastando para tanto que o mesmo não possua mais apoio parlamentar. Uma votação com maioria qualificada é suficiente para o impedimento do primeiro ministro e nenhum crime é necessário para tal.

Percebamos o equilíbrio entre os dois instrumentos: no impeachment, o chefe de governo é nomeado (eleito) pelo povo. Logo, seu afastamento somente pode ocorrer em situações extremas, por graves atos que atentem contra a responsabilidade que se espera do ocupante do cargo. Já no recall, o chefe de governo é nomeado (eleito) pelo parlamento e pode ser afastado pelo mesmo a qualquer momento, bastando para tanto que não possua mais sustentabilidade política.

Existe ainda um terceiro instrumento de afastamento do chefe do executivo, mas que é pouco conhecido e usado no mundo, o referendo revogatório. Seu princípio acumula os princípios dos dois anteriores. Típico das repúblicas presidencialistas, o referendo revogatório é a possibilidade da própria população abreviar o mandato de um presidente quando este não mais possuir sustentação política. Como somente pode derrubar quem nomeia, somente o povo poderia afastar presidente por impopularidade ou insatisfação com seu governo. E aí, não se exigiria nenhuma comprovação de crime cometido pelo Presidente. Como dito antes, poucos são os países que possuem em seus ordenamentos o Referendo Revogatório, como a Venezuela e a Bolívia. No Brasil essa previsão

não existe.

Dito isso, o amigo e a amiga já devem ter entendido que o atual processo de impeachment da Presidente Dilma carece de um elemento absoluto e fundamental: a comprovação fática de crime de responsabilidade. Sem isso, não temos um processo juridicamente correto, o que pode nos trazer problemas ainda mais graves no futuro. Trata-se de um precedente perigoso que coloca o chefe do Executivo mais do que nunca à mercê do toma-lá-dá-cá da relação com o Poder Legislativo. O voto mais importante do sistema presidencialista, o voto no Presidente, perderá importância, se tornará refém do Parlamento, no âmbito federal, estadual e municipal.

Inegável que a Presidente Dilma teve sua base de apoio política corroída, por motivos que não iremos analisar neste momento. Mas impopularidade não é motivo de impeachment. Se tivéssemos o referendo revogatório, o processo de afastamento teria toda a legitimidade política e jurídica para seguir em frente. No entanto, da forma como posto hoje, não. E nem adiantaria mudar a Constituição Federal para incluir o Referendo Revogatório (uma ideia excelente): se isso fosse feito, tal mudança somente poderia surtir efeitos para o próximo presidente eleito.

Nesse sentido, falar que o impeachment, nas atuais circunstâncias, caracteriza golpe de Estado, faz todo sentido. Um golpe de Estado não se caracteriza pelo uso da força, mas sim pela ruptura institucional, pelo descumprimento das normas que regulam o exercício dos poderes políticos. Exemplificando, o uso da força para garantir a posse e o exercício dos poderes do parlamento eleito, ou do Chefe do Executivo eleito, não caracterizam um golpe, pois se trata de uso da força legal e constitucionalmente autorizado. No entanto, se um Presidente é deposto em processo de impeachment sem que se comprove os crimes de responsabilidade estabelecidos pela Constituição e especificados pela lei, há descumprimento da Constituição, há uma ruptura institucional. A Constituição estabelece mandato de quatro anos e impedimento apenas em caso de crime de responsabilidade. Se ela não é cumprida, há um golpe. O voto de cada eleitor que elegeu a Presidenta é desrespeitado. Não há uso da força, ao menos em um primeiro momento, mas há sim uma ruptura institucional que caracteriza um golpe.

Assim, o Impeachment está previsto na Constituição Federal? Está sim, de maneira indireta. E ele pode ser usado em qualquer situação? Não. Apenas nos casos comprovados de crime de responsabilidade da Presidente, no exercício de seu mandato atual.

Ora, se a presidente for afastada, isso decorrerá muito mais da falta de base parlamentar do que outro motivo. E se esse precedente for aberto, qualquer chefe de executivo (presidente, governador e prefeito) no futuro que não possuir maioria parlamentar estará à mercê de um impedimento, mesmo sem motivo jurídico adequado como preconizado na legislação. E aí, a saída para se manter no poder poderá ser a perpetuação de práticas corruptas, como o pagamento de mesadas a parlamentares, conseguindo assim e de forma artificial, a base parlamentar necessária para a

tranquilidade de manutenção do mandato. Seria o efeito perverso da norma: em nome do combate à corrupção, poderemos estar estimulando a mesma, em níveis sequer imagináveis.

Então fica combinado assim: No Brasil, presidente só pode ser afastado por crime de responsabilidade devidamente comprovado. Governo impopular se derruba nas urnas, como se fez com o PSDB em 2002. Qualquer outra coisa é indevida e deve ser chamada pelo nome correto: golpe.

[rogeriodultra](#) | 29 de março de 2016 às 12:20 | Tags: [Democracia](#), [Dilma](#), [Eduardo Cunha](#), [Eleições](#), [golpe](#), [Impeachment](#), [Operação Lava-jato](#), [PT](#), [recall](#), [STF](#) |
Categorias: [Direito](#), [Política](#), [Sem categoria](#) | URL: <http://wp.me/p5igrG-kl>

[Comente](#)

[Ver todos os comentários](#)

[Cancele a assinatura](#) para não receber mais posts de .

Altere suas configurações de email em [Gerenciar assinaturas](#).

Problemas ao clicar? Copie e cole esta URL no seu navegador:

<http://democraciaeconjuntura.com/2016/03/29/para-entender-impeachment-recall-e-outros-bichos/>

Obrigado por voar com o  [WordPress.com](#)

PEC DE CRISTOVAM PREVÊ CASSAÇÃO DE MANDATO POR INICIATIVA POPULAR

• 29/03/2016

<http://www.cristovam.org.br/novosite/pec-de-cristovam-preve-cassacao-de-mandato-por-iniciativa-popular/>



O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) apresentou ao Senado proposta de emenda constitucional para estabelecer que presidente da República, governadores, prefeitos e senadores poderão ter o mandato eletivo revogado pelo voto da maioria absoluta dos eleitores da respectiva circunscrição eleitoral, por meio de consulta popular pela Justiça Eleitoral, por iniciativa de, no mínimo, 5% dos eleitores. Para evitar casuísmo com a situação atual do país, a PEC 160 de 2015 estabelece ainda que a emenda constitucional não se aplica aos mandatos em curso por ocasião de sua vigência.

A PEC está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, aguardando designação de relator. Depois de aprovada no Senado, a matéria vai à Câmara dos Deputados. De acordo com a proposta, a revogação de mandato eletivo abrangerá o mandato do respectivo vice ou dos respectivos suplentes, observando dispositivos das constituições federal e estaduais e leis orgânicas.

Na justificativa da PEC, o senador Cristovam Buarque prevê que a consulta popular seja precedida de amplo debate público e realizada pela Justiça Eleitoral, por iniciativa de, no mínimo, cinco por cento dos eleitores da respectiva circunscrição eleitoral.

“Estamos propondo a exigência de que a iniciativa para a cassação de mandato que queremos adotar seja assinada por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores da respectiva circunscrição eleitoral, um número minimamente representativo para a medida excepcional em questão e que -acreditamos – só será alcançado em casos de efetiva gravidade”, diz a justificativa.

E acrescenta: “Da mesma forma, acreditamos que deve ser exigido que a maioria absoluta do eleitorado da respectiva circunscrição eleitoral vote por essa cassação, para conferir ampla legitimidade à revogação de mandato eletivo em curso”.

“Devemos aqui recordar que é necessário aprofundar a participação popular direta em nossa democracia. É preciso prosseguir no rumo apontado pela Carta de 1988 e ampliar os mecanismos de exercício da soberania popular no Brasil”.

“Por fim, estamos estabelecendo que a emenda constitucional entre em vigor na data de sua publicação, não se aplicando, porém, aos mandatos em curso por ocasião de sua vigência. Tal ressalva se faz necessária para afastar qualquer sentido casuístico que se pretenda dar à presente proposta, mormente em face da crise político-institucional que hoje vivenciamos em nosso País”.

Facebook Twitter Google+

NERVO EXPOSTO: Kill Bill



AUTORIDADE_LEGITIMIDADE

II COLÓQUIO INTERNACIONAL DE TEORIA POLÍTICA DCP/USP, 6 E 7 DE DEZEMBRO DE 2012

http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Papers_II_Coloquio/Debora_Rezende_de_Almeida-Paper_Coloquio_DCP_USP_2012.pdf

Representação política revisitada: autoridade, legitimidade e democracia

Debora Rezende de Almeida

1 Introdução

Nas últimas décadas, o retorno da representação política à centralidade do debate teórico e o reconhecimento de sua indispensabilidade para a constituição de práticas democráticas (Plotke, 1997) contrastam com a marginalidade do conceito ao longo do século XX (Lavalle e Araujo, 2008). Este deslocamento se deve, em certa medida, a uma importante dissociação conceitual entre representação e governo representativo e ao rompimento com as análises dualistas voltadas para a oposição entre representação e participação. A constatação empírica de um amplo e difuso conjunto de locais e práticas de representação, para além do terreno das instituições estatais, coloca para a teoria a tarefa de redefinir o conceito e as bases de sua legitimidade (Lavalle e Isunza, 2011; Almeida, 2011). Como observa Saward (2011, p. 74), os estudiosos precisam considerar que “o futuro da democracia vai depender, em parte, de que práticas consideramos representativas, e como elas podem ser, ou tornar-se democráticas”. O presente trabalho ocupar-se-á destes questionamentos, cujas respostas permanecem em aberto, não obstante o crescente desenvolvimento de teorizações sobre a “reconfiguração” da representação (Vieira e Runciman, 2008; Urbinati e Warren, 2008; Avritzer, 2007; Lüchmann, 2008; Lavalle, et al, 2006; Saward, 2011). Duas lacunas merecem maior atenção na caracterização dos atores e práticas como representativos e democráticos. Refiro-me à revisão das noções de autoridade, legitimidade e democracia, que acompanham o conceito de representação, e à consideração das diferenças entre os atores e os espaços de representação informais e formais da sociedade civil. Para percorrer este caminho, o artigo propõe, na primeira seção, discutir as noções de autoridade e legitimidade e sua vinculação com a representação. O objetivo é responder às questões: quando uma autoridade política é legítima; e, qual é uma concepção democrática de 1 Professora Adjunta do Instituto de Ciência Política – IPOL/UnB. 2 autoridade política legítima (Christiano, 2012). **Como se verá ao longo do texto, o par autoridade e legitimidade operam como sinonímia na discussão da representação democrática. O escrutínio do conceito de autoridade legítima a partir de suas concepções instrumental, do consentimento e democrática revela a restrição do seu significado ao direito de governar e ao dever de obedecer.** Não obstante as divergentes concepções sobre o que determina uma autoridade legítima, com foco seja no **procedimento**, seja nos **resultados justos**, ou em ambos, o debate centrado na obediência e na imposição de regras para uma coletividade ajuda a restringir o seu significado como uso do poder legítimo pelos atores estatais. Esta é uma postura equivocada não apenas para discussão da autoridade, como também da representação. Como postula Hanna Pitkin, representar não

é a arte de dar ordens. A questão da obediência política que acompanha a autorização apenas expressa um sentido formalístico de representar e não dá conta da totalidade do processo representativo. Nessa direção, a segunda seção do texto investiga se é possível ampliar o significado da autoridade legítima, de maneira que a sociedade civil possa ser considerada agente de representação. A partir do conceito de autoridade prática de Abers e Keck (2012), argumenta que a autoridade de jure do Estado constitui apenas parte do processo de geração da autoridade. **Apesar de seu status privilegiado de detentor do monopólio legítimo da coerção, a legitimidade estatal é dependente para sua efetivação do desenvolvimento de capacidades e do reconhecimento público.** Assim como outras organizações, o Estado implementa projetos e políticas, para os quais não é suficiente sua autoridade formal. Da mesma forma, organizações não estatais podem desenvolver autoridade prática ao mobilizar ideias, recursos e relacionamentos a fim de gerar capacidades e reconhecimento público, influenciando dessa maneira a política. A fim de avançar na diferenciação entre a autoridade estatal e a autoridade da sociedade civil, o trabalho revisa a tipologia apresentada por Saward (2011) entre *in authority* e *an authority*. A primeira refere-se à autoridade do Estado, onde o que conta para avaliar a legitimidade é a sua fonte, e a segunda, o autor direciona para a sociedade civil, na qual o conteúdo do julgamento político é central para a legitimidade. Uma *an authority* se legitima pela expertise e experiência destes atores na apresentação de demandas representativas. Neste paper proponho repensar esta categoria levando em conta, para além de um saber epistêmico, o saber prático ou relacionado à vivência com o problema ou política. Estas são categorias presentes principalmente nas instituições participativas brasileiras (IPs), responsáveis por mobilizar atores com afinidade com a temática e trajetória política participativa (Avritzer, 2007). Uma segunda mudança necessária em relação à proposta de Saward é a compreensão da representação da sociedade nas IPs. Elas ultrapassam a transição eventual e não formalizada de atores para a esfera estatal ao ganharem reconhecimento legal dos representantes diretamente autorizados pelo voto. O trabalho sustenta que os atores sociais ganham um grau de autoridade posicional (*in authority*), quando investidos do poder legal de decisão e deliberação pelo Estado. Por autoridade posicional dos atores da sociedade civil, refiro-me ao exercício de voz e voto dentro das IPs, o qual é especificado nos normativos que regulam o seu funcionamento a partir do poder deliberativo destes espaços. Desse modo, se diferenciam dos atores que representam perante o poder, de maneira indireta e informal, como é o caso das experiências analisadas pela literatura internacional. Não obstante as diferenças em relação ao exercício da autoridade, importa destacar o papel das interações entre os tipos de autoridade prevaletentes na esfera pública na geração da autoridade legítima. Esta afirmação direciona para uma revisão do próprio conceito de representação que será realizada na terceira seção do texto. Baseada na

leitura crítica de intérpretes recentes da teoria política, traz para o centro do debate duas características da representação que foram deixadas de lado na concepção autorizativa, a saber, **a ideia de que a representação é um processo e uma construção**. Esta proposta não se afasta da definição clássica de Pitkin, na qual representar é tornar presente o ausente, mas busca recuperar a pluralidade dos atores e espaços presentes em seu livro, mas que foi abafada em prol do governo representativo. Nesse sentido, representar é uma atividade que se desloca continuamente no tempo; envolve distintos atores e arenas, do Estado e da sociedade; depende da interação contínua entre representantes e representados e para a qual não há uma definição prévia do que é representado e de quem representa. Por fim, o artigo discute se é possível qualificar as novas formas de representação de democráticas. Tendo em vista a importância de se estabelecer padrões normativos de avaliação da representação, recupera o tratamento da representação democrática sugerido por Pitkin em seu clássico “The concept of representation”. É possível perceber que sua advertência sobre a necessidade da relação entre representante e representado, a fim de que o primeiro aja de maneira responsiva ao interesse do outro continua como um ideal forte de democracia. Ao afirmar o caráter processual da representação e a interação entre as fontes de autoridade do Estado e aquela 4 construída e mobilizada pela sociedade, a teoria política não pode evitar de discutir este relacionamento. Os elos entre autorização e accountability, embora parciais e imperfeitos, são integrantes essenciais para lidar com os problemas de assimetria na representação. Desse modo, o artigo faz alguns apontamentos sobre a democratização da representação da sociedade.

ARS GRATIA ARS

“A arte salvará o mundo” – Dostoievski - eis que da natureza do homem, como a natureza é a arte de Deus (Baylei)

ARTES POÉTICAS: “Se nem for terra/Se trans for mar...” – P.Leminski

VIDEO

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/SAMUELBECKETTPAGE/VIDEOS/10152062297363131/?THEATER](https://www.facebook.com/samuelbeckettpage/videos/10152062297363131/?theater)

[Artur Villela Ferreira](#) Nessa linha, recomendo o último minuto da análise do John Green sobre a Odisséia. <https://youtu.be/MS4jk5kavy4?t=630>



[A Long and Difficult Journey, or The...](#)

YOUTUBE.COM

CINEMA

<http://www.adorocinema.com> - <http://cadernodecinema.com.br>

<http://cinemacomrapadura.com.br/criticas/83074/kill-bill-volume-2-2004-83074/>

<http://www.museudocinema.com.br/>

<http://www.devotudoocinema.com.br/2013/08/de-olhos-bem-fechados.html>

<http://www.cinemateca.gov.br/>

Esfera Filmes

O ABRAÇO DA SERPENTE, "um dos mais bem-sucedidos lançamentos do circuito alternativo no Brasil em 2016 – virou o primeiro 'super-herói' da autoralidade latino-americana deste ano nas telas nacionais."

Em bate-papo com o P de Pop, do [Estadão](#), o diretor Ciro Guerra conta um pouco mais sobre o processo de produção do filme e de sua repercussão na Colômbia e pelo mundo.

"Tudo nesse filme é questão de se afastar do lógico e caminhar para o sonho, a invenção, a digressão.", conta C...

Ciro Guerra, a serpente autoral colombiana

Xamã de uma Amazônia metafísica, Karamakate, o protagonista de O Abraço da Serpente - produção colombiana indicada ao

CULTURA.ESTADAO.COM.BR



LIVROS

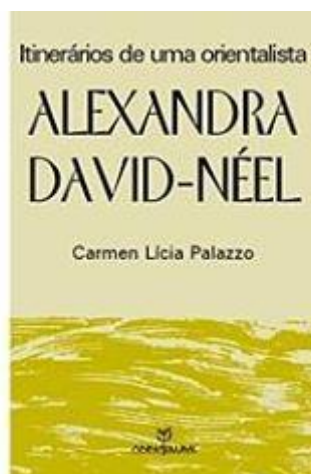
Um país se faz com homens e livros – M.Lobato

<http://homoliteratus.com>

[Carmen Lícia Palazzo](#) - - [Brasília, DF, Brasil](#) ·

Meus amigos sabem que sou discreta e que não gosto de fazer propaganda dos meus livros, a não ser no contexto de discussões sobre seus temas, mas minhas duas editoras (Annablume e PUCRS) pedem que nós, autores, façamos, algumas vezes, a divulgação dos nossos trabalhos. Então, mais uma vez, divulgo aqui os dois livros que escrevi (particpei também de capítulos de vários outros) e que tratam do assunto que é meu alvo de pesquisa principal: relato de viajantes. Trabalho com os...

[Ver mais](#)



LIMPANDO A LINGUA COM MACHADO

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&skip=0&ds_titulo=&co autor=&no autor=machado%20de%20assis&co categoria=2&pagina=1&select action=Submit&co midia=2&co obra=&co idioma=&colunaOrdenar=null&ordem=null

Adão e Eva	Machado de Assis	[ua] Universidade da Amazônia - UNAMA
------------	------------------	---------------------------------------

[TV Cultura - Entrelinhas](#)

www2.tvcultura.com.br/entrelinhas/sobre.asp

[A Nova Literatura Brasileira - Programa 4 - TV - Câmara ...](#)

www2.camara.leg.br > ... > TV Câmara > Sempre Um Papo

[Ver TV debate a literatura na televisão brasileira | TV Brasil](#)

tvbrasil.ebc.com.br/vertv/.../ver-tv-debate-a-literatura-na-televisao-brasil...

[Literatura Fundamental - Univesp TV - TV Cultura](#)

univesptv.cmias.com.br/literatura-fundamental

[Leituras - TV Senado](#)

www.senado.gov.br/noticias/TV/Programa.asp?p=19

...

[Globo News Literatura | Botequim Cultural](#)

[botequimcultural.com.br/globo-news-literatura/.](http://botequimcultural.com.br/globo-news-literatura/)

[Literatura Agora - Magazines - RTP](#)

www.rtp.pt/programa/tv/p31415

[MESTRES DA LITERATURA - TV Escola](#)

tvescola.mec.gov.br/tve/videoteca-series!loadSerie?idSerie=789

TELEVISÃO

Arte 1 – O Canal - arte1.band.uol.com.br/o-canal/

O **Arte 1** é o primeiro **canal** brasileiro com uma programação inteiramente dedicada à **arte** e à cultura. Dança, música clássica e popular brasileira, cinema

TV Escola: Principal

tvescola.mec.gov.br/

A **TV Escola** é o canal da educação. É a televisão pública do Ministério da Educação destinada aos professores e educadores brasileiros, aos alunos e a todos .

VARIEDADES

http://www.vice.com/pt_br/

<http://orapois.blogfolha.uol.com.br/>

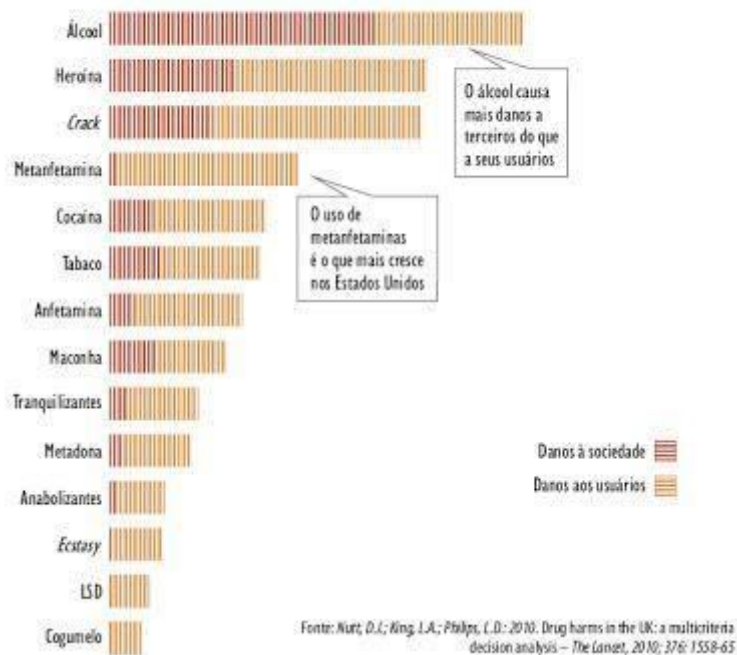
Drogas:

Há uma diferença fundamental entre as drogas. O álcool é muito mais disseminado e letal. Nele, no álcool, devia residir a prioridade das

autoridades governamentais sobre controle de drogas. Ele é massivo, corrosivo, extensivo... As drogas pesadas são terríveis mas atingem um número relativamente pequeno da população. Controle de drogas devia ser controle do álcool. Pelas consequências sobre o corpo e o espírito, pelas consequências negativas no mundo do trabalho, pelas consequências nefastas nas famílias, pelos desastres que provoca no trânsito...

Álcool causa mais danos; crack aparece em 3º lugar

Estudo desenvolvido na Inglaterra estimou mortes de usuários e acidentes



Os 12 países mais prontos para o futuro (e o Brasil em 84º)

<http://reports.weforum.org/global-information-technology-report-2015/preface-espen-barth-eide-world-economic-forum/> 1/15 Connie Zhou/Google



ENTREVISTAS: J.C.Brum Torres

Oração matinal da auto-destruição, único caminho da coerência.

Recitar logo depois de escovar os dentes...

“Pois é, Chefe. E eu sou nada, não sou nada, não sou nada... Não sou mesmo nada, nadinha de nada, de nada... Sou a coisinha nenhuma, o senhor sabe? Sou o nada, coisinha mesma nenhuma de nada, o menorzinho de todos. O senhor sabe? De nada. De nada... De nada...”

Guimarães Rosa



Desafio Microcontos - Cem Toques Curtir Página

"Olho-me no espelho e tenho medo de mim.
E te pergunto:
- Você tem medo?
Se eu fosse você teria medo."

(Rô Mierling)

#desafio #cemtoques #microconto

Para Brum Torres, a crise no País atinge os três poderes

<http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2016/03/politica/489717-para-brum-torres-a-crise-no-pais-atinge-os-tres-poderes.html>

FOTOS: JONATHAN HECKLER/JC



Guilherme Kolling

Principal formulador de planos de governo do PMDB gaúcho, o filósofo e professor universitário João Carlos Brum Torres discorda da maioria dos correligionários no Estado, que defendem o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Ele entende que as pedaladas fiscais não são o bastante para configurar um crime de responsabilidade e afastá-la do cargo.

O peemedebista avalia que a questão mais grave do País é uma crise institucional que afeta, de forma distinta, os três poderes, e não vê a discussão de respostas para resolver esse quadro. "A solução que está sendo processada hoje é a seguinte: vamos tirar a Dilma, fazer o impeachment e mudar a política econômica para tirar o Brasil da crise", observa Brum Torres, que vê outros problemas graves.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o peemedebista ainda projeta que o governo até 2018, seja com Dilma, seja com Michel Temer (PMDB), será de transição. E acredita que, se o vice-presidente assumir, técnicos do PSDB serão chamados para definir políticas de desenvolvimento para o Brasil.

Jornal do Comércio - Qual é a sua avaliação do cenário nacional hoje?

João Carlos Brum Torres - Estamos em uma crise muito séria, não apenas política, mas institucional no País, pois é muito claro não só que a relação entre os poderes não é harmônica, mas também que o processo político tem dificuldade de manter a vigência dos resultados políticos das eleições. O sistema de partidos, a lei eleitoral e o modo de financiamento das candidaturas parecem ser poderosos indutores de recrutamento de pessoas inidôneas para os mais altos cargos de representação política. E isso — como a Operação Lava Jato vem mostrando — distribuídamente por quase todo o espectro partidário, o que, convenhamos, é bem mais do que uma crise política, sendo antes um desarranjo institucional profundo.

JC - O senhor acha que vai haver mudança de governo?

Brum Torres - Achei que o ciclo das administrações do PT estava se encerrando, vamos para quatro governos do PT, tem uma fadiga, reivindicações legítimas de mudar a orientação da economia e do desenvolvimento do País. Isso era mais ou menos inexorável, mas o modo como isto está sendo feito está muito deprimente. Em parte, porque parece que esses anos todos foram perdidos, e eles não foram. O Rio Grande do Sul e o Brasil tiveram um desenvolvimento social importantíssimo, uma grande atenção às camadas menos favorecidas da sociedade brasileira, uma melhora no perfil de distribuição de renda, uma mobilidade ascendente importante. Em certas áreas, como a universitária, houve políticas muito efetivas. Então, tem um conjunto de ativos. É como se o bebê estivesse indo junto com a água suja do banho...

JC - Terra arrasada...

Brum Torres - Terra arrasada. Não é uma boa maneira de fechar esse ciclo. Por outro lado, os governos do PT acabaram por potencializar certas distorções que são históricas no Brasil, uma relação promíscua com o setor privado, especialmente com as grandes empreiteiras da área de infraestrutura e levaram isso para um ponto de descontrole completo. Estão pagando pelos escândalos que isso provocou, que envolveram muita gente importante da elite dirigente do Brasil nesses últimos anos. Então, esse desgaste é inevitável. Ao mesmo tempo, a crise política adquiriu um feitiço muito ruim.

JC - Por quê?

Brum Torres - O Executivo está muito debilitado, o Legislativo não é melhor, porque o presidente da Câmara (deputado Eduardo Cunha, PMDB-RJ) é reconhecidamente uma pessoa mais devedora com relação à Justiça do que o pessoal do Executivo, ou pelo menos tanto quanto. Então, tem um desequilíbrio e isso tem feito com que o poder Judiciário tenha que ocupar uma posição não somente de arbitragem dentro desses conflitos, mas de protagonismo, de dar soluções políticas para o Brasil. Isso é uma coisa de muito risco, porque, por exemplo, nos episódios mais recentes, o juiz Sérgio Moro se autotransformou em um agente político de primeira linha e tomou uma decisão de agudizar a crise nacional fazendo ilegalidades. Ele conduziu muito bem esse processo durante um certo período, mas, nesses últimos tempos, foi mordido por essa tentação da politização da Justiça.

JC - Estava indo bem na investigação das corporações, e ao entrar na política não?

Brum Torres - Ele tinha que entrar na política, mas não podia fazer certas coisas. A condução coercitiva do ex-presidente Lula (PT) já foi um pouco além do necessário na opinião dos constitucionalistas em geral, mas estava ainda em um limite. Agora esses episódios dos vazamentos (de escutas telefônicas)... Em certa hora da manhã, tendo em vista a nomeação do Lula, ele tinha mandado suspender os grampos. Depois, aceitou grampos que foram feitos após a hora a qual ele tinha mandado suspender. E ainda autorizou a divulgação. Essa sequência são decisões políticas que ele tomou, sabedor dos impactos políticos que isso iria ter. Evidentemente, teve um componente de politização do poder Judiciário. É um problema que começa a colocar em questão um certo equilíbrio dos poderes, que é preciso ter em uma situação de crise aguda. O despacho do ministro Gilmar (Mendes, do Supremo Tribunal Federal) não tem as violações flagrantes, ao meu ver, de competência das últimas decisões do Moro, mas a rapidez com que foi feito o despacho (sobre o caso Lula) mostra que existe um ativismo judicial, no caso do Gilmar, também perto da intervenção política. Está se criando um desequilíbrio também pelo lado do Judiciário.

JC - Politização do Judiciário.

Brum Torres - Claro que se os processos do Lula vierem a comprovar todas essas suspeitas, o Supremo deve dar o encaminhamento e fazer as punições devidas, da lei. O que quero dizer é que uma operação de saneamento do setor público nessa relação que ele tem com o setor empresarial privado que se revelou um desastre, muito suja deve prosseguir, mas não acho que o Judiciário deve ser tentado a fazer disso uma alavanca de modificações políticas. Talvez isso seja já irreversível, esses últimos acontecimentos criaram uma situação, na opinião pública do Brasil e no Congresso, que torna muito difícil que não haja um desfecho que interrompe o curso normal do nosso processo institucional.

JC - A conclusão do mandato de Dilma até 2018...

Brum Torres - Parece que isso não vai acontecer. Não acho bom, porque revela certa debilidade institucional. E também não existe um crime de responsabilidade claro.

JC - Mas o processo foi aberto com as pedaladas fiscais.

Brum Torres - É uma justificativa frágil. Estava lendo uma matéria com o coordenador de um instituto de pesquisas da Inglaterra, e esse cidadão dizia que "essas coisas de antecipar dinheiro junto a outras agências do poder público é algo que acontece em qualquer lugar do mundo". Não estou dizendo que não seja uma irregularidade, mas não acho que seja uma irregularidade que constitua um crime de responsabilidade.

JC - O senhor é a favor do impeachment?

Brum Torres - Não, não apoio. As alegadas evidências apresentadas até agora não me parecem suficientes para justificar interromper um mandato obtido em eleições livres. É claro, porém, que há muitas investigações em curso e que não se pode excluir a priori que não possam vir a ser revelados fatos que configurem crime de responsabilidade. Mas, no momento, não creio que se verifiquem e por isso penso que, obedecida a Constituição, o pedido de impeachment baseado nas alegadas "pedaladas fiscais" deve ser recusado pelo Congresso. O facciosmo hoje imperante parece que atropelará politicamente esse "deve" da legitimidade, mas isso não tornará legítima tal decisão. Bem entendido, se ela for tomada com base nos elementos hoje disponíveis.

JC - No ano passado o senhor organizou e lançou o livro Manual de Ética (editora Vozes). Como avalia a discussão sobre ética no País hoje?

Brum Torres - Tem um aspecto salutar na situação que estamos vivendo. Está chamando a atenção para a necessidade que o exercício das funções públicas seja feito de uma maneira mais limpa, rigorosa, com mais isenção e distância dos interesses privados. Nesse ponto, a contribuição do juiz Moro é importante e vai ficar na história do País, porque trouxe à luz muitos fatos importantes, e mostrou como uma parte muito grande da elite brasileira está comprometida e não tem os valores necessários para um exercício adequado das responsabilidades do Estado. Agora, o que está nos faltando é um projeto de desenvolvimento institucional, do tamanho da crise que vivemos.

JC - Como?

Brum Torres - Se há uma grave crise política e institucional como essa, está na cara que o Brasil precisa ter uma reforma política e uma reforma das instituições. Não adianta tirar a presidente e mudar a política econômica. Isso é uma parte só. A solução que está concretamente sendo processada hoje é a seguinte: vamos tirar a Dilma, fazer o impeachment e mudar a política econômica para tirar o Brasil da crise. Mais ou menos isso que se diz. Agora, tem coisas que são muito graves: por que a elite política está tão viciada? Tem uma forma de financiamento das campanhas, e um controle das campanhas políticas que é muito deficiente. Agora teve um avanço, os financiamentos empresariais estão coibidos, as campanhas estão menores.

JC - A minirreforma eleitoral.

Brum Torres - Mas o papel das grandes empresas publicitárias, o processo de formação da opinião pública do País ainda continua muito dependente de dinheiro. E não se foi até o fim. Para isso seria importante ter uma reforma do regime eleitoral, algo parecido com o regime distrital misto alemão, com parte dos parlamentares vinculados a suas regiões, mais controlados de perto pelos seus constituintes. E outra parte que obrigaria os partidos a ter uma posição mais programática.

JC - Com a eleição pelas listas fechadas dos partidos.

Brum Torres - Isso era uma coisa importante de acontecer. E essa crise mostra que a gente está precisando de um presidencialismo mais flexível, em que o presidente não é uma figura decorativa, como a rainha da Inglaterra, tem responsabilidades, mas tem um chefe do Executivo, um primeiro-ministro. Seriam reformas institucionais importantes para dar mais estabilidade e flexibilidade ao sistema político brasileiro. Além de uma redução do quadro partidário, são mais de 30 partidos feitos para negociar no Congresso. Tem um pacote de reformas institucionais que precisa ser feito, até para ficar à altura da crise. É uma crise institucional profunda, porque a representação política brasileira está muito deteriorada. Então, os mecanismos de formação dos representantes tem que ser alterados.

JC - Não significa que estamos menos éticos? O problema é só institucional?

Brum Torres - Menos éticos acho que estamos. Quero dizer que as respostas que estão sendo dadas não estão à altura do problema. É preciso um programa de reforma institucional. Por exemplo, os economistas têm clareza que o sistema previdenciário deve ser reformulado, que as idades de aposentadoria no Brasil são incompatíveis com o perfil demográfico, com o financiamento do sistema. Mas com relação ao desenvolvimento institucional não existem esses consensos, e as pessoas não estão percebendo que tão ou mais grave que a crise econômica que estamos passando é uma crise institucional.

JC - O que virá depois dessa crise?

Brum Torres - Não sei como é que vai ser o desfecho, provavelmente vai ter impeachment. Não sei que forças que vão se compor. Qualquer que seja a solução, os quadros técnicos de formulação que o Brasil tem estão muito do lado do PSDB, então, direta ou indiretamente esses quadros vão ser chamados, caso venha a ter esse desenlace. E se não acontecer (o impeachment), o governo necessitaria de algum tipo de composição.

JC - Em qualquer caso, o PMDB terá papel chave.

Brum Torres - Mas não virá do PMDB uma formulação de política nacional. Pode até vir um documento que se encomende, mas o PMDB não tem uma organicidade para fazer uma proposta de desenvolvimento do Brasil, que seja estruturada e consistente. Então, esse governo vai ser um governo de transição, se vier a acontecer o impeachment.

JC - Mesmo que Dilma fique, será um governo de transição?

Brum Torres - Acho que é um governo de transição, está muito prejudicado, mas o mínimo de gestão de política, como o ministro da Fazenda está tentando fazer, não deveria ser boicotado.

Perfil

João Carlos Brum Torres, 70 anos, é natural de Porto Alegre. Passou a adolescência em Caçapava do Sul e depois voltou à Capital, onde cursou Direito e Filosofia na Ufrgs e lecionou como professor-assistente, a convite de Gerd Borheim, na Faculdade de Filosofia. Com o AI-5, foi expurgado da Ufrgs. Rumou à França, onde fez mestrado em Filosofia na Universidade Paris VIII - Vincennes. Em 1974, retornou ao Brasil. Deu aulas em colégios, foi assessor na Assembleia Legislativa e fez doutorado em Ciência Política na USP até voltar à Ufrgs, em 1979. Filiado ao MDB hoje PMDB desde a década de 1970, nunca concorreu, mas fez os planos de governo de Antonio Britto, em 1994 e 1998, e de Germano Rigotto, em 2002, sendo secretário do Planejamento nessas duas gestões peemedebistas. Também preparou o documento de referência do governo José Ivo Sartori (PMDB). Antes, trabalhou como diretor do Badesul, no governo de Pedro Simon (PMDB). Na Capital, foi secretário de Captação de Recursos em 1993 e 1994, na gestão de Tarso Genro (PT). Aposentado na Ufrgs, hoje coordena um curso de pós-graduação em Filosofia na UCS.

COMENTÁRIOS

[Deixe seu comentário sobre este texto.](#)

BOLETINS DE NOTÍCIAS E ANÁLISES



13 sites que querem mudar o jornalismo brasileiro

Estes projetos transformaram crise em oportunidade.

BUZZFEED.COM

www.sul21.com.br - www.outraspalavras.com.br - www.cartamaior.com.br

www.desenvolvimentistas.com.br - <http://www.auditoriacidadada.org.br/>

www.maurosantayana.com - www.paulotimm.com.br - <http://ciperchile.cl/>

www.correiocidadania.com.br/ - www.ecodebate.com.br

www.patrialatina.com.br - www.estrategiaeanalise.com.br - www.abdic.org.br

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia> - <http://plataformapoliticasocial.com.br/> -

<http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/site/> - <http://gilvanmelo.blogspot.com.br/>

<http://www.voltairenet.org/> - <http://www.esquerda.net/> - <http://resistir.info/> -

<http://br.sputniknews.com> - <http://www.laondadigital.uy/> - <http://www.diarioliberalidade.org/>

<http://www.dominiopublico.gov.br> - <https://www.facebook.com/ptjornal> - <http://www.oplop.uff.br>

<http://www.laondadigital.uy/> - <http://newleftreview.es/> - <http://www.esquerda.net/> -

www.laondadigital.uy/

Sociedade Brasileira de Economia Política

Fórum Mundial das Alternativas - <http://www.nexojornal.com.br/>

Indicadores Economicos BACEN- <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>

ESTUDE ONLINE COM O QG DO ENEM - [HTTP://WWW.ENEM.COM.BR/CURSOSENEM/](http://WWW.ENEM.COM.BR/CURSOSENEM/)

FORUM 21 - <https://www.facebook.com/groups/1465485120431945/>

Blogs : <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/>

<http://blogdogutenberg.blogspot.com.br/>

<http://bissexto.com.br> - www.agambenbrasil.com - <http://blogdaboitempo.com.br/>

<http://www.timmsouza.blogspot.com.br/> - <http://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/vladimir-safatle/>

<http://marxrevisitado.blogspot.com.br>

ASSINEM a
INICIATIVA POPULAR
para a **REFORMA POLÍTICA**

A Reforma Política SÓ sairá com
PRESSÃO POPULAR !!!

DIVULGUEM !! DIVULGUEM !!
Para suas listas, facebook, twitter, blog, orkut, etc...
Precisamos de UM MILHÃO e MEIO de ASSINATURAS !!

EXIGI COM
PRESSÃO
ALTA !!

REFORMA POLÍTICA JÁ! - <http://www.reformapolitica.org.br/>

Reforma Política Democrática - WWW.FPABRAMO.ORG.BR